



Interpelação Escrita

Desde a transferência de soberania, o Governo da RAEM teve sempre como objectivo, de longo prazo, a saúde da população e, através da cooperação com as instituições de saúde das regiões vizinhas, melhorou o sistema de saúde em geral. Em 1999, as despesas do Governo na área da saúde foram de 1230 milhões de patacas e, em 2013, este valor aumentou para 4240 milhões de patacas. Mais, a esperança média de vida em 1999 era de 77,9 anos e, em 2013, atingiu os 82,3 anos. Contudo, com o aumento e envelhecimento da população, as instituições de saúde públicas de Macau estão constantemente a enfrentar problemas, nomeadamente, falta de pessoal, diminuição da qualidade do serviço, *hardwares* obsoletos e longo tempo de espera para disponibilizar uma consulta. Perante a necessidade de melhorar os serviços na área da saúde, o actual Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura exigiu aos Serviços de Saúde a contratação de 529 trabalhadores, de entre os quais, 73% são médicos, enfermeiros e farmacêuticos.

De facto, é uma realidade que as instituições públicas de saúde de Macau têm falta de pessoal e a contratação pode resolver este problema a curto prazo, contudo, podemos reparar que os problemas relacionados com a saúde já se arrastam há muito tempo e, a longo prazo, não é possível



— resolvê-los apenas com pequenos ajustes, pelo que a população anseia que o Governo possa implementar reformas radicais. Actualmente, as instituições de saúde pública de Macau estão limitadas pelos regimes da Função Pública, pelo que não é possível haver uma gestão e um funcionamento eficazes, nomeadamente, nos processos de recrutamento de pessoal é necessário haver uma avaliação e controlo por parte do Governo, e a estrutura da carreira médica, bem como a sua progressão e salário, já estão desarticulados com a realidade da sociedade actual. Mais, o *hardware* para as consultas de especialidade está obsoleto e, para a aquisição de novos materiais, é necessário um longo tempo de espera e processos bastante complexos. Actualmente, sob a gestão directa do Governo, os procedimentos de recrutamento de pessoal e o desenvolvimento das obras no Centro Hospitalar Conde de S. Januário, no futuro Hospital das Ilhas e nos respectivos Centros de Saúde são morosos e o seu funcionamento não é eficaz.

Nos últimos anos, Singapura, Hong Kong e o Interior da China implementaram afincadamente reformas no sistema de saúde pública, e a sua via de reforma é a reconstrução deste sistema, implementando medidas de “separação entre as políticas do Governo e o tratamento das questões” e “separação entre a gestão e a resolução dos problemas”. Por exemplo, em Singapura, criou-se uma pessoa colectiva com vista a gerir todos os hospitais públicos do país; em Hong Kong, alterou-se o sistema antigo onde os serviços públicos geriam directamente os hospitais, pois agora não é o Governo que gere os hospitais públicos, mas sim a *Hospital Authority*, uma entidade sem



fins lucrativos; no Interior da China, em algumas cidades, tais como Pequim, Xangai e Chengdu, está-se a implementar uma reforma experimental, aplicando uma política de “separação entre a gestão e a resolução dos problemas”. Com vista a reforçar o mecanismo de responsabilidade, criou-se, nestes sistemas de saúde, um conselho de administração para gerir e implementar um mecanismo de concurso para o ingresso de pessoal na área da saúde, tendo como objectivo, por um lado, uma melhor aplicação dos recursos humanos e, por outro, uma melhor gestão da área da saúde por parte do Governo.

Todos sabemos que em Macau existem muitos serviços de utilidade pública e a criação destes serviços pode evitar burocracias e interesses, sendo benéficos para a prestação de serviços à população, unificando a importância dos interesses de cada um dos cidadãos e a dos interesses gerais. Pelo exposto, existem opiniões a referir que, se o Governo da RAEM conseguir aprender com as experiências das regiões vizinhas e tendo em conta a realidade do hospital público de Macau, poderá pensar em reformar o sistema de saúde através da criação de um serviço de utilidade pública, com vista a dar maior autonomia administrativa, financeira e de gestão de pessoal ao hospital, simplificando os processos de recrutamento de pessoal, melhorando as regalias disponibilizadas aos médicos e acelerando os processos de aquisição dos equipamentos de saúde. Ao mesmo tempo, com vista a uma melhor eficácia e transparência na utilização do erário público, o novo método de gestão deve reforçar o sistema de responsabilização das



instituições de saúde pública, criando um mecanismo de transparência e aumentando os mecanismos de fiscalização por parte da comunicação social e do Comissariado de Auditoria, mantendo assim o equilíbrio entre o poder e a responsabilidade. O Governo da RAEM deve, para além de decidir por meios científicos, reforçar a execução dos trabalhos e a coordenação entre os serviços públicos, pois só assim é que se consegue reformar o sistema de saúde e a sua administração.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Perante os problemas da falta de pessoal da área da saúde e do longo tempo de espera por uma consulta, quais são, a curto prazo, os planos do Governo e quais os procedimentos para a contratação de mais pessoal? Com vista a contratar 529 trabalhadores para a área da saúde e a resolver a pressão do pessoal da linha de frente da área da saúde, como é que vão ser melhorados os actuais meios de contratação?
2. Com vista a elevar, de forma geral, a qualidade na área da saúde, a longo prazo, é estritamente necessário efectuar reformas nas instituições públicas de saúde de Macau. O Governo vai ter em conta os métodos aplicados pelos países e regiões vizinhos, nomeadamente, Singapura, Hong Kong e Interior da China, implementando medidas de “separação entre as políticas do Governo e o tratamento das questões” e “separação



entre a gestão e a resolução dos problemas”? O Governo deve modificar os métodos de gestão directa do hospital público, e alterá-los por meio da criação de um serviço de utilidade pública, de gestão uniforme, tendo como objectivo dar maior autonomia ao hospital no que se refere a questões administrativas, financeiras e de gestão do pessoal. O Governo vai fazer isso?

3. Com vista a uma melhor eficácia da utilização do erário público e para efectuar uma melhor fiscalização aquando da utilização dos recursos na área da saúde, no futuro, como é que o Governo vai reforçar o mecanismo de responsabilização do pessoal das instituições públicas da área da saúde? Recentemente, o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura referiu que vai ser implementado um mecanismo de audição na área da saúde junto do hospital público. Qual é a ideia do Governo? Já existe uma calendarização para a implementação deste mecanismo?

A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Song Pek Kei

2 de Fevereiro de 2015